

ANÁLISE DO DISCURSO NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES

Juliana Rosa Alves Borges¹
Guilherme Saramago de Oliveira²
Nayara Poliana Massa³

O discurso não é fechado em si mesmo e nem é o domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos (ORLANDI, 1999, p. 19).

Resumo:

Este artigo expõe e examina os conceitos e fundamentos da Análise de Discurso, enquanto metodologia de pesquisa qualitativa. Apresenta reflexões pautadas na escola francesa, realça e justifica a ampla aplicação do método em estudos educacionais.

Palavras-chave:

Análise do Discurso. Pesquisa em Educação. Formação Discursiva.

Abstract:

This paper exposes and examines the Discourse Analysis' concepts and fundamentals as a qualitative research methodology. It presents reflections based on the French school, highlights and justifies the wide application of the method in educational studies.

Keywords:

Discourse Analysis. Education Research. Discursive Formation.

1. Considerações iniciais

A Análise do Discurso (AD) nasceu no século XX, no início dos anos 60, quando os formalistas russos permitiram a inserção do discurso no campo dos estudos linguísticos (Brandão, 2004). Seu marco inicial foi a indispensabilidade de ultrapassar o quadro teórico de uma linguística frasal indissociável que não era suficiente na realização de uma análise mais ampla do texto. A AD se tornou objeto de interesse de psicólogos, sociólogos, linguistas, historiadores e educadores, por isso pode-se dizer que contém um aporte extremamente interdisciplinar.

Vários trabalhos apontam duas perspectivas de análise, uma americana e outra europeia. Orlandi (1986) diz que a primeira vertente percebe a teoria do discurso como uma ampliação da linguística e nela a questão do sentido é desvelada no núcleo linguístico; enquanto a segunda relaciona o dizer e suas condições de produção dando lugar de destaque

¹ Doutoranda. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

² Doutor. Professor da Universidade Federal de Uberlândia.

³ Doutoranda. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

à exterioridade. Neste caso, o enfrentamento teórico e o aspecto social requerem análises que extrapolam o âmbito estritamente linguístico.

Em sua essência, a AD busca refletir acerca da significação dos enunciados e inclui aspectos sócio-históricos que marcam a produção do discurso. Maingueneau (1987) aponta a necessidade de parâmetros rigorosos para delinear o campo da AD e suas particularidades. Assim, a consideração do quadro de instituições geradoras do discurso, os conflitos sociais e históricos nele estratificados e o espaço de cada discurso imerso em um interdiscurso são dimensões essenciais nesse processo de reconhecimento e delimitação.

A AD constitui um método de pesquisa qualitativa amplamente utilizado nos estudos educacionais, visto que permite a observação das inter-relações dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico e ainda as decorrências de ações interpretativas que instituem os discursos que ali circundam (Orlandi, 2009). Em vista disso, viabiliza pesquisas consistentes angariando crescimento substancial para o professor pesquisador que a utiliza. Recomenda-se sempre a articulação teórica e sócio-histórica.

Não há como pensar a AD sem que se tenha conhecimento dos elementos que a constitui. Diversos estudiosos atuam na vertente francesa da AD, e esta é marcada por uma face ideológica (Althusser) e uma discursiva (Foucault). Sobre o peso desses dois autores renomados que Pêcheux elabora seus conceitos. Neste artigo pretende-se abordar sucintamente os conceitos e procedimentos básicos da AD, tendo em vista a escola francesa, bem como ressaltar a importância da metodologia no âmbito da pesquisa em educação.

2. Reflexões preliminares sobre os conceitos básicos da Análise do Discurso

2.1 Afinal, o que é discurso?

Inicialmente, faz-se necessário entender que o conceito de discurso no senso comum é distinto daquele utilizado no âmbito científico e mais especificamente na AD. Aqui, o discurso não se restringe a fala, ao texto, ou a língua, mas precisa de subsídios linguísticos para existir. O discurso é influenciado pelos aspectos sociais, históricos e ideológicos, ou seja, é externo à língua.

Orlandi (2009) ressalta a impermanência e o movimento contidos no discurso em consequência das constantes transformações sociais e políticas que integram o contexto coletivo. A autora supracitada argumenta que a etimologia da palavra discurso traz a noção de percurso. Desta forma, o discurso caracteriza-se como palavra em curso, linguagem em ação e com seu estudo volta-se o olhar para os sujeitos em interlocução.

Nesse viés, o lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram intervém a título de condições de produção do discurso. Fernandes (2007) entende que analisar o discurso pressupõe uma interpretação do sujeito que fala, uma observação de suas práticas sociais a fim de produzir sentido para o mesmo. O discurso estabelece relação entre os processos ideológicos (porquê? como? qual o sentido?) e os fenômenos linguísticos (texto, fala, significados).

O sentido do discurso não é estático e é produzido no intercâmbio entre língua, sujeito e história. Brandão (2004), alicerçada nos estudos de Courtine e Marandin, afirma que o objetivo da AD deve ser o desenvolvimento de trabalho:

[...] que faça justamente aflorar as contradições, o diferente que subjaz no discurso, que não se exclua a noção de heterogeneidade como elemento constitutivo de práticas discursivas que se dominam, se aliam ou se afrontam em um certo estado de luta ideológica e política, no seio de uma formação social em uma conjuntura histórica e determinada (BRANDÃO, 2004, p. 88).

A ideologia retrata o vínculo hipotético dos indivíduos com suas circunstâncias reais de existência. Ela existe em um aparelho ideológico e na sua prática, interpelando indivíduos como sujeitos, pois somente através destes será possível sua permanência. Pêcheux (1995, p. 145) afirma que: “Não há ideologia senão pelo sujeito e para sujeitos”. Destarte, a ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem textual verbal e/ou não-verbal.

2.2 Enunciado e Enunciação

Foucault (1989) admite o discurso como dispersão formada por elementos heterogêneos que não apresentam princípios de unidade. O filósofo contemporâneo refere-se ao enunciado como:

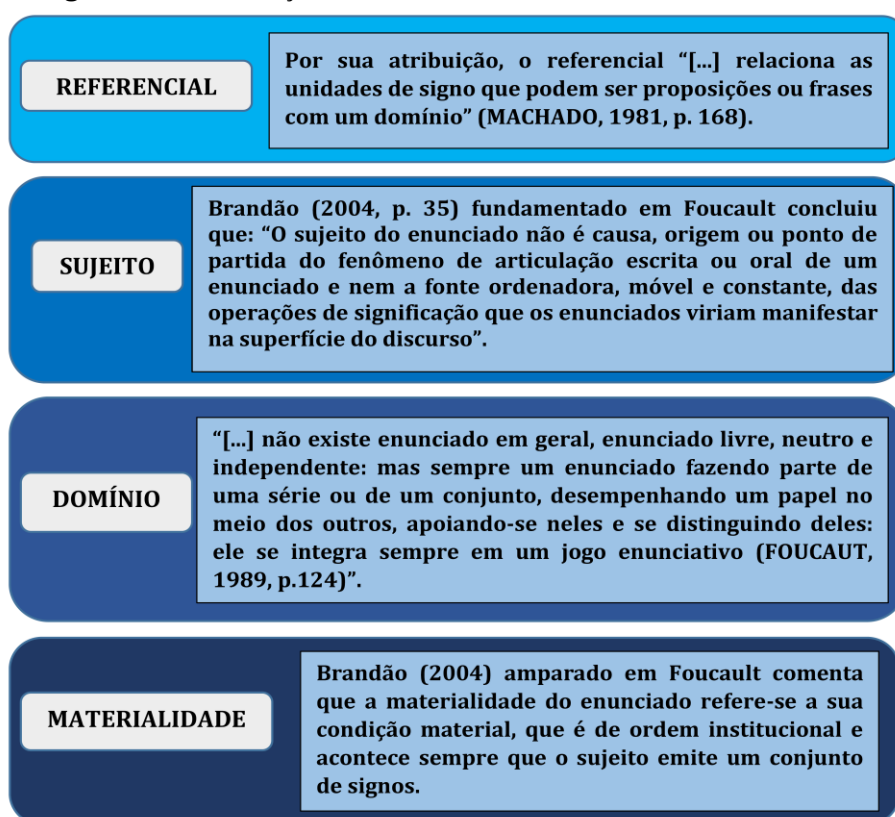
[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício de uma função enunciativa (FOUCAULT, 1989, p.133).

O desafio da AD é instituir regras eficazes para o gerenciamento da formação discursiva. O autor afirma que essas regras de formação propiciam a definição dos elementos que compõem o discurso (objetos, espaços, tipos de enunciação, conceitos, temas e teorias). Elas representam a singularidade da formação discursiva e fazem a transição da dispersão para a regularidade. Na visão do pesquisador supramencionado a formação discursiva regida por regras de formação compreende:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal o qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2008, p. 82).

À vista disso, entende-se o discurso como um conjunto de enunciados que possuem fundamentos regulares em uma mesma formação discursiva. Na concepção foucaultiana, o enunciado é a unidade basilar do discurso. Entre seus atributos destacam-se quatro que serão abordados na Figura 1:

Figura 1 - Enumeração das características constitutivas do enunciado.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Brandão (2004) e Machado (1981).

Torna-se imprescindível compreender a distinção entre enunciado e enunciação. A enunciação tem o traço da singularidade, porquanto jamais se repete. Todavia, o enunciado pode ser reincidente, ainda que não tenha o mesmo efeito em todas as enunciações, pois em cada ambiente detém uma função enunciativa diversa. De tal modo, o efeito de sentido em cada enunciação relaciona-se ao lugar sócio-histórico-ideológico de onde o sujeito discursivo fala.

Benveniste (1966) assinala que a língua é uma expectativa que alcança tangibilidade no ato da enunciação na mesma proporção que emprega e elucida certa relação com o mundo. O linguista francês percebe que “[...] somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade (BENVENISTE, 1989, p. 63)”. Nesta perspectiva, a linguagem constitui espaço onde o indivíduo se estabelece como sujeito falante. As concepções do autor (re)direcionaram os estudos sobre linguagem do ponto de vista da enunciação trazendo enorme evolução para a área.

2.3 O sujeito discursivo

Diferentes concepções de sujeito são contempladas na análise do discurso. Nos anos 1960 o filósofo Michel Foucault determina a morte do sujeito moderno e se une à Michel Pêcheux para “[...] historicizar as estruturas, estabelecer uma relação tensa com os conceitos e métodos da linguística saussureana, problematizando o corte entre a língua/fala e, assim, fazendo retornar o sujeito e a história (GREGOLIN, 2004, p. 25-26)”. A teoria da subjetividade defendida por Pêcheux (1995) reconhece a impossibilidade de incorporar um sujeito em si no discurso, apenas o sujeito concebido socialmente “[...] pois não são só as intenções que contam, já que as convenções constituem parte fundamental do dizer” (ORLANDI, 1988, p. 10).

Althusser explica que a unidade não pertence ao sujeito, pois ele é movido pelo inconsciente (Freud) e não possui liberdade, nem mesmo a gênese do discurso, por ser afetado pela ideologia (Marx). Em outras palavras, o sujeito nutre a ilusão de ser dono do seu dizer e a impressão de que o sentido de uma fala por ele enunciada é único. Entretanto, Pêcheux (1995) realça que o sentido apenas é produzido pelas posições ideológicas sócio-históricas e também pela sua adaptação a uma certa formação discursiva.

O sujeito é descentrado, dividido, marcado espacial e temporalmente, “[...] na sua fala outras vozes falam (BRANDÃO, 2004, p. 59).” Assim, concebe-se um sujeito polifônico, que profere seu discurso entrelaçado por falas acessórias, conflituosas e/ou concorrentes. O discurso é atravessado por um jogo de vozes sociais que se interceptam tornando o sujeito um efeito da linguagem na qual tem sido aculturado. Por conseguinte, o sujeito encontra-se no espaço discursivo e origina-se em uma estrutura emaranhada constituindo-se entre o eu e o outro.

Segundo Brandão (2004), a percepção do sujeito que perde sua polaridade e centralidade se enriquece na conexão entre identidade e alteridade. O foco epistemológico

da AD passa da problemática do sujeito para os sistemas de representação. Pêcheux (1995, p. 122) defende uma teoria não-subjetivista da enunciação “[...] como teoria das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, estabelecendo a relação entre inconsciente e ideologia.” A Figura 2 apresenta uma síntese acerca da caracterização do sujeito discursivo segundo Pêcheux.

Figura 2 - Caracterização do sujeito discursivo.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Fernandes (2007).

Orlandi (1988) acentua as contradições referentes ao sujeito, no sentido de não ser este completamente autônomo, nem completamente subjugado. Não obstante ser influenciado pela ideologia, ele apropria-se da formação discursiva que o define em um lugar especialmente seu. E neste sentido exerce a função social de autor por ser o sujeito falante, produtor da linguagem.

2.3 Noções de interdiscursividade

A AD visa destacar a heterogeneidade, característica primordial do discurso, que se faz presente também na interdiscursividade, a qual teve como origem o dialogismo. O termo dialogismo pode ser melhor entendido ao se observar as associações “[...] que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos (BRAIT, 1997, p. 98)”, neste caso, o outro representa o contexto em que o sujeito encontra-se imerso. Os conceitos de polifonia e dialogismo surgiram com os estudos de Mikhail Bakhtin na literatura, mas se expandiram aos discursos cotidianos e promoveram a instituição de relações com o coletivo mediante a sistematização das vozes sociais.

A formação discursiva deve ser identificada como a coexistência de várias linguagens em uma única, ou seja, uma formação discursiva sofre a intercessão de diversas outras formações discursivas, sendo sublinhadas pelo interdiscurso. Fernandes (2007, p. 49) reconhece o interdiscurso na “[...] presença de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva”.

Maingueneau (1987, p. 11) declara a prioridade do interdiscurso sobre o discurso ao dizer que “[...] a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos”. Portanto, a agregação de alguns interdiscursos garante a especificidade da formação discursiva, pois disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação. Além disso, viabiliza a compreensão de memórias, a identificação do texto, da imagem, da historicidade em sua significância mostrando seus compromissos políticos e ideológicos.

Os discursos exprimem memórias coletivas nas quais os sujeitos estão inscritos. As memórias têm suas características intrínsecas quando pensadas em relação ao discurso, e nessa perspectiva, elas são tratadas como interdiscurso. Isto ocorre porque elas constituem um corpo sócio-histórico-cultural trazendo à tona acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, como aquilo que foi falado antes, em outro lugar, independentemente. As memórias agenciam a interdiscursividade que intervêm na construção do discurso. Orlandi (2009), esclarece que:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação ao dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2009, p. 30).

Existem algumas possibilidades de análise para o não dito. O analista pode adotar uma postura pragmática, enunciativa ou discursiva. E cada um desses posicionamentos deriva diversas formas de análise e logo de resultados, orientando a concepção dos sentidos e dos sujeitos em relação com o simbólico, com a ideologia e com o inconsciente.

3. Procedimentos da AD conforme a escola francesa

A AD interessa-se por diversas práticas discursivas de diferentes naturezas, tais como: imagem, som, letra, etc. Observa-se *a priori* o modo de construção, de circulação, a estruturação e os diferentes gestos de leitura que formam os sentidos do texto sujeito a análise. Brandão (2004) comenta sobre a importância de se relacionar os objetivos da análise e a sua temática almejando tratar de fatos da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva.

Na primeira fase da organização do processo de análise faz-se necessário a constituição do *corpus* que ocorre a partir do material bruto. Enfatiza-se também a distinção de dois tipos de *corpus*, o de arquivo e o experimental. Sua delimitação segue critérios teóricos, em razão de ser a teoria mediadora na relação do analista com seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo e com a interpretação.

Posteriormente, realiza-se a análise do que é dito neste discurso em comparação com outros discursos em condições distintas, acometido por diferentes memórias discursivas. Conforme Orlandi (2009) para estabelecer-se esse objeto discursivo faz-se necessário a conversão da superfície linguística (o *corpus* bruto) em um objeto teórico linguisticamente de-superficializado versando criticamente a noção da realidade do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas.

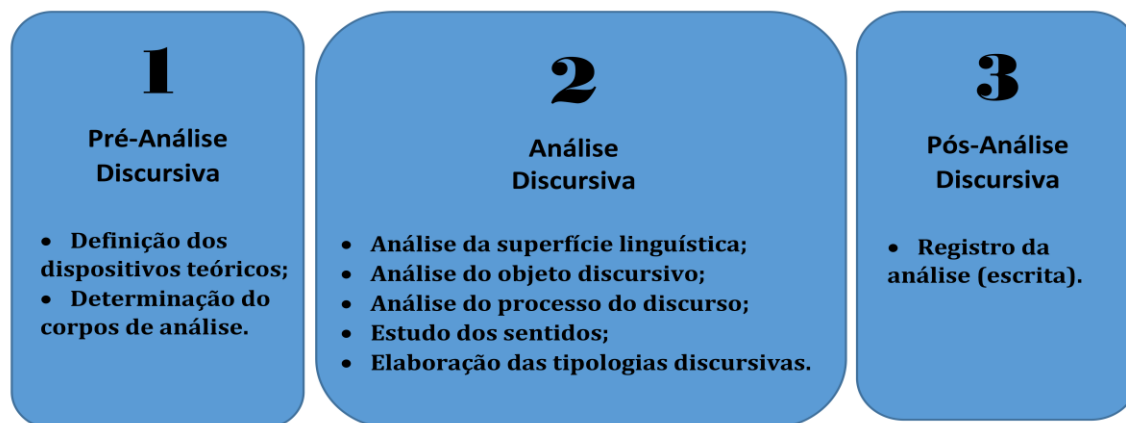
Entre o empirismo e o positivismo, na Análise de Discurso, trabalha-se com a materialidade histórica da linguagem. Seguindo as etapas da análise, ficam explícitos para o investigador os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na língua. Fernandes (2007) focaliza que pelo seu trabalho o analista em face aos processos discursivos formata o modo de constituição dos sujeitos e a produção dos sentidos. Destacando assim a textualização do político e a simbolização das relações de poder no texto. Destarte, a unidade de análise se estabelece pela historicidade como unidade de sentido em relação à situação.

A historicidade pode ser entendida como o acontecimento do texto, como discurso e trama dos sentidos nele imersos. Já a discursividade sinaliza de forma marcante a materialidade no texto e funciona como unidade de análise criando vínculos entre a historicidade e a unidade de sentido na situação em foco. Orlandi (2009) destaca que a unidade de análise representa uma contrapartida em relação à unidade teórica, e o texto é texto porque significa. O ponto chave na análise de discurso é como ocorre no texto à associação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em relação ao mundo.

Entre os procedimentos que proporcionam a análise das minúcias referentes ao discurso e ao interdiscurso destaca-se a realização de paráfrases e metáforas. Através delas

o analista busca evidenciar os prováveis, e até improváveis, efeitos de sentidos especialmente no que se refere à sua pluralidade, ou seja, a exploração das várias possibilidades de leitura que ele pode ou não assumir. Ademais, salienta-se a importância da compreensão do analista acerca das relações de inserção e inter-relação estabelecidas entre o sujeito e o contexto sócio-histórico-ideológico. A figura 3 sintetiza as fases de análise e suas respectivas etapas na AD:

Figura 3 - Síntese das fases da Análise de Discurso segundo a escola francesa.



Fonte: Autoria própria com fundamento em Souza 2014.

O dispositivo do analista deve lhe propiciar uma posição relativizada em face da interpretação. Investindo na opacidade da linguagem, na descentralização do sujeito e no efeito metafórico, ou seja, no trabalho da ideologia. Assim, o analista pode contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação. Orlandi (2009) acentua que não há análise de discurso sem a mediação teórica que tem a função de articular a intermitência entre descrição e interpretação constituindo o processo de compreensão do analista. A pesquisadora ainda reforça o fato da definição do dispositivo analítico estar atrelado ao objeto de estudo, à natureza do material em análise e aos objetivos da pesquisa.

4. A Análise do discurso nas pesquisas em educação

A AD encontra ampla aplicabilidade nos estudos educacionais devido à necessidade de indagar e referendar os discursos presentes nos diversos segmentos da comunidade escolar (estudantes, docentes, gestores, funcionários, pais e responsáveis pelos alunos, etc.), dos textos oficiais que orientam o processo pedagógico ou dos documentos que legalizam e definem políticas públicas para a educação brasileira. Depreende-se que esses discursos apresentam múltiplas facetas merecendo atenção e cuidado em suas análises.

Nas seções anteriores percebe-se que a AD leva em conta questões políticas, históricas, sociais e ideologias também presentes nos discursos que circundam a escola. Estes para além de aspectos pedagógicos sofrem influência do mundo externo que afeta consideravelmente os resultados obtidos no processo de ensino/aprendizagem. Assinala-se a relevância de olhares criteriosos que possam decifrar a interação entre as formações discursivas e despertar os envolvidos no planejamento didático para ações mais eficazes.

Para Fischer (2002) realizar pesquisas em educação exige sensibilidade no que tange o visível, o enunciável, o não-discursivo e o discursivo, bem como discernimento de que todos eles estão engrenados entre si. Torna-se imprescindível ocupar-se do lugar institucional e sua concretude, possibilitando o exame das dimensões externas às formações discursivas.

A AD faz-se ferramenta basilar ao passo que se utiliza acertadamente os seus mecanismos na edificação dos objetos de estudo, mirando investigações que priorizem o aprimoramento da práxis pedagógica, de metodologias ativas e propostas curriculares. As rupturas constantes das políticas públicas educacionais implantadas no sistema educacional brasileiro e a inconstância do pensamento pedagógico, por exemplo, podem ser compreendidos por meios da análise de formações discursivas, e contribuir na descrição de direções que justificam a objetivação histórica de certos temas, sujeitos e situações na área de educação.

Não obstante, as inúmeras vantagens da utilização da AD nas pesquisas em educação, vale mencionar algumas de suas limitações. Cilla e Costa (2015) concluem que a aplicação do método inclui um elevado nível de dificuldade ao se trabalhar com grandes amostras, visto que a análise requer aprofundamento teórico e contextual que extrapola questões literais. Assim, demanda tempo e muita dedicação por parte do pesquisador.

Outro aspecto proeminente é a personalização interpretativa, pois os sentidos são produzidos na interpretação portanto, como não relativizá-la? Nesta perspectiva, o analista enfrenta a própria subjetividade na análise. No entanto, Orlandi (2009) afirma que se ele não está em busca de um sentido único e verdadeiro no discurso, e possui a compreensão de sua contribuição para produzir uma parte das possíveis análises para aquele discurso, ele seguramente não cometerá esse equívoco.

4. Concluindo

A Análise do Discurso busca as condições sócio-históricas de produção da fala, do texto, voltada para a exterioridade do linguístico. Portanto, tem como repto realizar leituras

críticas e reflexivas, de forma que o discurso não seja reduzido a análises linguísticas ou a trabalhos que tenham como objetivo apenas a ideologia.

A AD não se atém à interpretação, articula seus limites e possibilidades utilizando mecanismos instituídos para aclarar as contradições existentes, de forma que seja possível captar as relações de controvérsias, de forças, de confronto, de aliança ou antagonismo inclusas nas formações discursivas. Ressalva-se que certamente o objeto de análise requer rigor teórico e científico como parte dos processos de significação.

Porém, notabiliza-se que a AD não tem como foco procurar a verdade mediante a interpretação do analista. Porquanto, não há verdade no discurso, apenas circunstâncias que o produzem e que o analista precisa ser perspicaz para compreender. Não há uma trajetória predefinida, há um método, a escolha de um aporte teórico e uma construção de um dispositivo analítico ao longo do caminho.

Considerando as potencialidades da AD na pesquisa em educação e atentando para as limitações apontadas, deduz-se que a metodologia é exitosa para trabalhar com as questões educacionais. Em particular, no momento atual, com o impacto de mudanças bruscas, a escola e todos os seus atores têm muito a dizer acerca das suas vivências cotidianas. A escuta dos discursos que ecoam e a reflexão acerca do que acontece nesse contexto são essenciais na busca de estratégias para que se tenha um ensino de qualidade.

Referências

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, EDUSP, 1966.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRAIT, B. Bakhtin e natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: dialogismo e a construção dos sentidos**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997. p. 87-98.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

CILLA, K. C. D. F.; COSTA, L. C. A análise de discurso como metodologia para o estudo de políticas educacionais: o caso da proposta curricular do estado de São Paulo. **Interações**, n. 39, p. 233-242, 2015.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

FISCHER, R. M. B. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, RJ, ANPED, n. 20, maio/jun./ago. 2002. p. 83-94.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GREGOLIM, M. R.V. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos, SP: Clara Luz, 2004.

MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1981.

MAINGUENEAU, D. **Nouvelles tendances en analyse du discours**. Paris: Hachette, 1987.

ORLANDI, E. P. A análise do discurso: algumas observações. In: **Revista Delta**, Vol. 2, no 1, p. 105-126, 1986.

ORLANDI, E. P. A incompletude do sujeito: e quando o outro somos nós? In: ORLANDI, E. P. *et al.* (Org.). **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995.

SOUZA, S. A. F. de. **Análise de discurso: procedimentos metodológicos**. Manaus, AM: Instituto Censur, 2014.